

ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº 16 - 23 de março de 2007

veja as
edições
anteriores

Pautas sobre PDE precisam debater as medidas propostas e diversificar fontes

Como já era esperado, o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apelidado de “PAC da Educação”, teve ampla cobertura da mídia este mês. Mas ainda há muitas dúvidas sobre a sua implantação e os jornalistas precisam estar atentos a elas.

Antes de ser apresentado publicamente pelo ministro da Educação Fernando Haddad e pelo presidente Lula a cerca de 100 educadores no dia 15 de março, os jornais destacavam dois pontos do Plano: a vinculação de repasse de recursos federais adicionais aos municípios que atingirem metas educacionais, e o montante de R\$ 8 bilhões destinados às diversas medidas.

A *Folha de S. Paulo* noticiou-as no dia 2 de março. Nos dias seguintes, *Gazeta Mercantil*, *Jornal da Tarde*, *A Tribuna* (Santos), *Jornal do Comércio* (PE), os cearenses *O Povo* e *Diário do Nordeste*, entre outros veículos, também reproduziram as declarações do ministro Fernando Haddad sobre o PDE da Educação. A revista *Época* seguiu a mesma tendência dos jornais. Era evidente a falta de informações detalhadas e a dificuldade de avaliar as medidas anunciadas.

O *Valor Econômico*, no dia 12, ouviu especialistas que destacaram o ineditismo e a importância de condicionar o cumprimento de metas a avaliações de desempenho educacional. No dia 14, *Jornal da Tarde* deu espaço à medida do Plano voltada à construção de escolas técnicas e *O Povo*, às declarações do presidente Lula sobre o tema.

Depois do lançamento oficial do Plano de Desenvolvimento da Educação – feito apenas oralmente –, os jornais deram um novo enfoque. O destaque foi a ideia de avaliar a alfabetização de crianças entre 6 e 8 anos por meio de uma nova prova nacional. No dia 16, as manchetes de *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* foram justamente a “provinha Brasil”, mas as matérias também falaram das propostas do MEC para melhorar a gestão e os índices educacionais dos municípios com piores índices. O lançamento do pacote de medidas para a educação foi pautado ainda pelo *Jornal do Brasil*, *Correio Braziliense*, *Diário de Cuiabá*, *Estado de Minas*, *Diário da Manhã* (GO), *A Tarde* (BA) e *Jornal da Tarde* (SP), entre outros.

Chama atenção que dos 100 educadores convidados para o lançamento do PDE em Brasília, os jornais citados entrevistaram apenas oito. Foram ouvidos dois representantes de fundações empresariais (Viviane Senna, do Instituto Ayrton Senna, e Mozart Neves, do Movimento Todos pela Educação), três dos poderes públicos (Maria Helena Guimarães, secretária de educação do Distrito Federal, Maria do Pilar Lacerda, presidente da Undime, e Paulo Renato Souza, deputado federal), além do representante da Unesco no Brasil, o economista Ricardo Paes de Barros e uma representante sindical, Juçara Dutra Vieira, presidente da CNTE.

A continuidade da cobertura

Algumas perguntas sobre as medidas anunciadas e seus possíveis impactos ainda precisam ser respondidas e desafiam os jornalistas, ainda mais por tratar-se de um plano tão complexo que ainda não foi sistematizado em documentos escritos. Por exemplo, por que o plano fala em novas metas para a educação e desconsidera as já colocadas pelo Plano Nacional de Educação? Qual será o papel dos estados para a concretização do PDE?

Além disso, as medidas não fazem referência ao papel dos conselhos escolares e de educação no monitoramento das políticas educacionais. O PDE coloca o foco na gestão – e por esse motivo foi bastante elogiado nos veículos de comunicação – como forma de aferir resultados e desconsidera que há mecanismos de participação que, se funcionassem e tivessem força, poderiam cumprir o papel de fazer o controle social da qualidade da educação.

A proposta de um novo indicador educacional também foi avaliada positivamente por diversos especialistas e educadores, mas é preciso evidenciar seus limites: não mostra as possibilidades do uso da aprendizagem. Por exemplo, pode mostrar que as crianças aprenderam a ler, mas não apreende se elas usam este conhecimento para ler livros.

Grave problema

A falta de professores e funcionários nas escolas públicas esteve presente na cobertura de jornais de vários Estados, mas em nenhum dos casos o tema teve continuidade ou foi aprofundado. O gaúcho *Zero Hora*, em 1º de março, citou levantamento feito pelo sindicato dos professores que indicava que a um dia do início do ano letivo algumas escolas não possuíam um único funcionário e que a maioria dos estabelecimentos estaduais enfrentavam problemas com a falta de secretários, merendeiros e monitores. Fica a pergunta: o problema foi solucionado? O que o poder público fez para que a qualidade do ensino oferecido não fosse afetada?

Já o *Correio Braziliense*, em 3 de março, abordou o tema a partir de uma ação desencadeada pelo governo do Distrito Federal. Para a secretária de educação a falta de professores na sala de aula é causada pelo excesso de profissionais envolvidos em “projetos de educação física, meio ambiente ou de ensino especial”, daí a necessidade de realizar uma auditoria em todas as escolas para descobrir o que os professores estão fazendo nas 40 horas semanais de trabalho. Mas será que professores e alunos que participam desses projetos especiais partilham da opinião da secretária de educação de que são desnecessários?

No dia seguinte, em Pernambuco, o mesmo problema apareceu no *Jornal do Commercio* porque o governo estadual anunciou a contratação de 2 mil professores temporários para amenizar o déficit de docentes e não chamou os aprovados no concurso público já realizado. Acertadamente, a reportagem deu espaço às críticas feitas pelo sindicato e lembrou que em agosto do ano passado, a Justiça já tinha obrigado o Estado a contratar 8.440 docentes por meio de concurso público e cancelar os quase 5 mil contratos temporários, alegando que a diferença salarial entre esses profissionais comprometia a qualidade da educação. A situação das escolas pernambucanas chegou às páginas do carioca *O Globo*. No dia 11 de março, o jornal denunciou a existência de 13 escolas da região metropolitana de Recife em que as aulas funcionam em sistema de rodízio por falta de móveis e professores.

além da pauta

O Observatório da Equidade, vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, da Presidência da

República, lançou no final do ano passado relatório denominado “As desigualdades na educação no Brasil”. O trabalho traz interessante sistematização de dados e indicadores educacionais, inclusive apontando lacunas na análise em função de informações inexistentes e que devem ser objeto das pesquisas produzidas pelo Inep/Mec Ibge.

O material também expõe as diferentes metas educacionais existentes no país, o que pode ser muito útil na cobertura do PDE. O relatório está disponível em www.cdes.gov.br.

